

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto abaixo.

E se... O dinheiro deixasse de existir?

Se o mundo decidisse que dinheiro é a causa de todos os males da humanidade e tentasse eliminar a moeda da nossa vida, veria rapidamente que o mundo iria ser bem mais difícil sem ele.

É que o dinheiro surgiu justamente para facilitar a troca entre as pessoas. O escambo, a forma mais rudimentar de comércio, baseada na troca de mercadorias por mercadorias, é um meio trabalhoso e demorado, já que pressupõe uma dupla coincidência de desejos. Imagine que você fabrique remédios e precise comprar arroz. Para que a troca dê certo de primeira, será necessário achar um agricultor de arroz doente precisando da sua mercadoria. Complicado. Foi por isso que, ao longo da história, mercadorias muito usadas, fáceis de transportar e de dividir, se tornaram um meio de pagamento comum. Você poderia, por exemplo, trocar seus remédios por sal e comprar arroz com parte do arrecadado.

Acabar com a moeda seria voltar no tempo. “Passaríamos mais tempo tentando satisfazer a dupla coincidência de desejos do que produzindo. Dessa forma, o PIB da economia seria drasticamente reduzido”, diz Alexandre Schwartzman, do grupo Santander Brasil. Em um mundo onde é preciso ocupar-se com trocas que garantam a sobrevivência, não há tempo para produzir bens sofisticados, como ciência ou cultura. As profissões especializadas acabariam e toda a infraestrutura existente, como estradas, portos e ferrovias, seria inutilizada, já que só faz sentido em uma estrutura de comércio ágil e intenso.

Se a população se mantivesse firme no propósito de não voltar a usar nenhuma moeda comum de troca, o comércio entraria em **colapso**. As cidades, que são os centros mais intensos de troca na economia, seriam abandonadas e as pessoas migrariam para o campo, para viver em pequenos grupos autossuficientes. Aos poucos, a civilização que conhecemos deixaria de existir e viveríamos uma nova versão da alta Idade Média – sem cidades, sem comércio e sem muita gente: naquela época, entre os séculos 5 e 10, a economia era capaz de suportar uma população de 300 milhões de pessoas, um vigésimo da que temos hoje.

Ruim com ele... Bem pior sem ele

Para que o escambo fosse facilitado, as pessoas teriam que se organizar em pequenas comunidades. Cada família produziria um item fundamental para a sobrevivência e as trocas seriam asseguradas com base na confiança.

Sem moeda, profissionais muito especializados, como um estilista ou um cientista, não sobreviveriam com o seu trabalho. As trocas seriam feitas entre bens de primeira necessidade e fáceis de serem confeccionados.

(Adaptado de super.abril.com.br)

QUESTÃO 1

O segundo parágrafo do texto começa com a expressão “É que”, a qual estabelece uma relação lógico-discursiva entre ele e o parágrafo que o antecede. Sobre essa relação, pode-se afirmar que a expressão “é que” introduz:

- (A) um contra-argumento que contradiz o primeiro parágrafo.
- (B) a prova de que o dinheiro é a causa de todos os males da humanidade.
- (C) uma explicação para o argumento apresentado no primeiro parágrafo.
- (D) um período que expressa circunstância adverbial de tempo.
- (E) um argumento de autoridade que refuta a ideia principal contida no primeiro parágrafo.

QUESTÃO 2

Releia o primeiro parágrafo do texto:

Se o mundo decidisse que dinheiro é a causa de todos os males da humanidade e tentasse eliminar a moeda da nossa vida, veria rapidamente que o mundo iria ser bem mais difícil sem ele.

A respeito das orações que o compõem, assinale a análise totalmente correta.

- (A) A palavra com que se inicia o parágrafo é uma conjunção subordinativa que introduz uma oração adverbial concessiva.
- (B) O verbo “é” ajuda a construir uma oração subordinada substantiva, enquanto “veria” é parte da oração principal.
- (C) As orações de que fazem parte os verbos “é” e “tentasse” estão coordenadas entre si por meio da conjunção “e”.
- (D) A locução verbal “iria ser” ajuda a construir a oração principal do período, que está coordenada àquela de que faz parte o verbo “tentasse”.
- (E) A palavra “se” e a primeira ocorrência de “que” são conjunções subordinativas, enquanto “e” e a segunda ocorrência de “que” são conjunções coordenativas.

QUESTÃO 3

Releia esta passagem do texto:

As cidades, que são os centros mais intensos de troca na economia, seriam abandonadas e as pessoas migrariam para o campo, para viver em pequenos grupos autossuficientes.

Agora, considere as três possíveis reescritas do período apresentado acima.

- I. Embora as cidades sejam os centros mais intensos de troca na economia, seriam abandonadas, porque as pessoas migrariam para o campo, onde viveriam em pequenos grupos autossuficientes.
- II. As cidades que são os centros mais intensos de troca na economia seriam abandonadas, depois que as pessoas migrassem para o campo, para viverem em pequenos grupos autossuficientes.
- III. Os centros mais intensos de troca na economia, as cidades seriam abandonadas, mas as pessoas migrariam para o campo e viveriam em pequenos grupos muito suficientes.

Com relação ao sentido original do trecho ou à norma culta escrita da língua portuguesa, assinale a alternativa que aponte um problema existente em alguma das reescritas I, II e III.

- (A) Em II, a ausência de vírgulas após "cidades" e "economia" necessariamente altera o sentido original do trecho.
- (B) Em I, a forma "abandonadas" deveria obrigatoriamente estar flexionada no masculino, para concordar com "centros".
- (C) Em I, o pronome "onde" deveria obrigatoriamente ser substituído por "cujo", para manter a coesão textual.
- (D) Em III, a conjunção "mas" altera o sentido original do trecho e, por isso, deveria ser substituída por "embora".
- (E) Em III, a forma "suficientes" deveria aparecer flexionada no singular, para concordar com "campo".

QUESTÃO 4

Leia a seguir as definições do Dicionário Houaiss para o substantivo "colapso".

- I. Estado semelhante ao choque, caracterizado por prostração extrema, grande perda de líquido, acompanhado geralmente de insuficiência cardíaca;
- II. Achatamento conjunto das paredes de uma estrutura;
- III. Diminuição súbita de eficiência, de poder;
- IV. Derrocada, desmoronamento, ruína;
- V. Perda da turgescência de tecido vegetal.

No texto, o significado de "colapso" (em destaque no quarto parágrafo):

- (A) é exatamente I.
- (B) está entre II e V.
- (C) pode ser II, mas não III.
- (D) está entre III e IV.
- (E) pode ser I, mas não V.

QUESTÃO 5

Em "Ruim com ele... Bem pior sem ele", o pronome refere-se a:

- (A) moeda.
- (B) comércio.
- (C) escambo.
- (D) comunidades.
- (E) dinheiro.

Para responder às questões de 6 a 9, leia os quadrinhos a seguir.



(<https://todacriancapodeaprender.files.wordpress.com>)

QUESTÃO 6

Pelos quadrinhos como um todo, fica claro que "processar alguém" é uma forma de:

- (A) conseguir algum dinheiro.
- (B) ficar mais conhecido.
- (C) fazer muitos amigos.
- (D) doar dinheiro em prol dos animais.
- (E) doar dinheiro em prol das crianças.

QUESTÃO 7

Que expressão poderia completar a fala do segundo balão do primeiro quadrinho, em resposta à pergunta do primeiro balão?

- (A) "sei".
- (B) "conheço ninguém".
- (C) "tenho dinheiro".
- (D) "darei dinheiro".
- (E) "processarei ninguém".

QUESTÃO 8

Em "Quem a gente conhece que poderíamos processar?", quais termos explícitos exercem a mesma função sintática?

- (A) "a gente" e "nós".
- (B) "quem" e "a gente".
- (C) "que" e "processar".
- (D) "quem" e "que".
- (E) "a gente" e "que".

QUESTÃO 9

Mantendo-se a uniformidade de pessoas gramaticais na fala do último quadrinho, conservado seu sentido original, como ela poderia ser reescrita em conformidade com a norma culta escrita da língua portuguesa?

- (A) Quem a gente conhecemos que poderíamos processar?
- (B) Quem nós conhecemos que a gente poderia processar?
- (C) Quem nos conhece que poderia nos processar?
- (D) Quem conhece gente que poderia ser processada?
- (E) Quem conhecemos que poderíamos processar?

QUESTÃO 10

Com base no que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República, analise as afirmativas a seguir.

- I. A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, pelo uso do padrão culto de linguagem, pela clareza, pela concisão, pela formalidade e pela uniformidade, embora esses atributos não decorram da Constituição Federal.
- II. Os pronomes de tratamento apresentam certas peculiaridades quanto à concordância, pois, embora se refiram à segunda pessoa gramatical, levam a concordância para a terceira pessoa.
- III. O memorando é uma forma de comunicação eminentemente interna, por ser a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes.
- IV. Orações reduzidas são aquelas em que o verbo está em uma das três formas nominais — infinitivo, particípio e gerúndio — e, por isso, possuem classificações diferentes das que recebem as orações subordinadas desenvolvidas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I e IV, somente.

Noções de Informática

Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 11

Um Representante Comercial recebeu da empresa onde trabalha um arquivo chamado clientes.pdf, contendo os contatos dos clientes que deveria visitar naquela semana. Ao tentar abrir o arquivo em um computador com o Windows instalado, percebeu que não havia nenhum *software* capaz de abri-lo. Consultando um técnico de Tecnologia da Informação, foi orientado a baixar e instalar o Adobe Acrobat Reader. Ao baixar e instalar esse *software*, percebeu que foram instalados também dois *softwares* indesejados: McAfee Safe Connect e McAfee Security Scan Plus. Após concluir a instalação, para remover os *softwares* indesejados, o Representante Comercial deverá:

- (A) procurar no HD as pastas em que os *softwares* indesejados foram instalados, selecioná-las e pressionar a tecla "Delete".
- (B) formatar as pastas do HD em que os *softwares* indesejados foram instalados, tendo o cuidado de verificar se está utilizando o computador com perfil de administrador.
- (C) arrastar as pastas do HD em que os *softwares* indesejados foram instalados para a lixeira e, em seguida, esvaziar a lixeira.
- (D) acessar o Gerenciador de Arquivos, selecionar a opção "Instalações recentes" e, na janela que se abre, selecionar os *softwares* indesejados e pressionar a tecla "Delete".
- (E) acessar o "Painel de Controle" ordenado por categoria, clicar na opção "Desinstalar um programa", selecionar os *softwares* indesejados que deseja desinstalar e clicar no botão "Desinstalar".

QUESTÃO 12

Um Representante Comercial usa o Google Chrome para navegar na Internet e tem como hábito gravar o nome do usuário e a senha quando acessa área restrita de alguns sites, para que na próxima vez que acessar os sites essas informações já estejam preenchidas. Ao descobrir que isso pode permitir que outras pessoas que usam o computador acessem sua área restrita nos sites que utiliza, resolveu limpar os dados de navegação do navegador (histórico de navegação, histórico de *download*, conteúdo armazenado no *cache* do navegador, senhas salvas pelo navegador etc.). Para acessar a janela em que poderá executar essa tarefa de limpeza, deverá clicar na ferramenta "Personalizar e controlar o Google Chrome" e:

- (A) clicar na opção "Configurações". Na janela que se abre, clicar na opção "Gerenciar dados de Navegação".
- (B) posicionar o mouse sobre a opção "Histórico", clicar na opção "Histórico" e clicar na opção "Limpar dados de navegação".
- (C) clicar no menu "Ferramentas". Depois, deve clicar na opção "Gerenciar dados de Navegação".
- (D) clicar na opção "Configurações". Depois, deve clicar na opção "Gerenciar navegação no Google Chrome" e, na janela que se abre, clicar na opção "Retornar à configuração padrão".
- (E) clicar na opção "Propriedades do Google Chrome". Na janela que se abre, deve clicar na opção "Limpar histórico e dados".

QUESTÃO 13

Um Representante Comercial está utilizando o Microsoft Word 2013 em português para digitar um relatório de vendas do mês de novembro. Após concluir a digitação do relatório e salvá-lo no HD, deseja selecionar diversos nomes de pessoas distribuídos em partes diferentes do texto da página, para aplicar o efeito de negrito. Para selecionar esses nomes, deverá:

- (A) selecionar o primeiro nome, pressionar a tecla Shift e mantê-la pressionada. Com o mouse, selecionar os demais nomes que deseja e, por fim, liberar a tecla Shift.
- (B) clicar com o botão direito do mouse sobre cada um dos nomes e na opção "Agrupar". Em seguida, clicar na opção "Fonte" da guia "Página Inicial", depois na opção "negrito" e, por fim, na opção "Aplicar ao grupo".
- (C) selecionar o primeiro nome, pressionar a tecla Ctrl e mantê-la pressionada. Com o mouse, selecionar os demais nomes que deseja e, por fim, liberar a tecla Ctrl.
- (D) selecionar todo o bloco de texto que contém os nomes. Em seguida, deverá clicar na opção "Localizar" da guia "Página Inicial" e, por fim, na opção "Selecionar nomes próprios".
- (E) clicar na ferramenta "Selecionar fragmentos" da guia "Página Inicial" e, em seguida, selecionar cada um dos nomes desejados.

QUESTÃO 14

Ransomware é uma categoria de *malware* que atacou recentemente muitos computadores pelo mundo. Os ataques mais perigosos foram causados pelos *ransomwares* WannaCry, Petya, Cerber, Cryptolocker e Locky. O WannaCry:

- (A) formata o computador do usuário, apagando todos os seus arquivos e *softwares* instalados.
- (B) envia *e-mails* a partir do computador do usuário com uma imagem de uma mulher chorando. Ao clicar na imagem, o computador da pessoa que recebeu o *e-mail* é infectado e novos *e-mails* partem deste computador, reiniciando o ciclo.
- (C) faz com que todos os arquivos do computador sejam visualizados como pastas. Ao tentar abri-los, esses arquivos são apagados e a memória é infectada.
- (D) criptografa arquivos do computador e impede que o usuário os acesse, a menos que pague um determinado valor em *bitcoins*.
- (E) ataca os sites de instituições financeiras, convertendo os valores da moeda local em *bitcoin* e enviando-os para as carteiras de *bitcoin* dos criminosos.

QUESTÃO 15

Um Representante Comercial digitou a seguinte planilha no Microsoft Excel 2013, em português, e utilizou um conjunto de fórmulas na coluna F.

	A	B	C	D	E	F
1	DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO					
2	COD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD	U	VL. UNIT.	VL. TOTAL
3						
4	PRD001	Produto A	1,0	K	R\$ 12.670,67	R\$ 12.670,67
5	PRD002	Produto B	2,0	K	R\$ 8.760,23	R\$ 17.520,46
6	PRD003	Produto C	3,0	L	R\$ 3.450,50	R\$ 10.351,50
7	PRD004	Produto D	12,0	K	R\$ 20.563,01	R\$ 246.756,12
8						
9	VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO					R\$ 287.298,75
10	DESCONTO				5,5%	R\$ 15.801,43
11	ORÇAMENTO FINAL					R\$ 271.497,32

Nas células F4, F9, F10 e F11 estão, respectivamente, as fórmulas:

- (A) =C4*E4, =SOMA(F4:F7), =F9*E10 e =F9-F10.
- (B) =MULT(C4;E4), =SOMA(F4:F7), =MULT(F9;E10) e =SUB(F9;F10).
- (C) =MULTIPLICA(C4;E4), =SOMA(F4:F7), =MULTIPLICA(F9;E10) e =SUBTRAI(F9;F10).
- (D) =C4*E4, =SOMA(F4;F7), =F9-F9*E10 e =F9-F10.
- (E) =C4*E4, =SOMA(F4:F7), =F9*F10 e =F9-F10.

Ética no Serviço Público

QUESTÃO 16

Considerando as disposições acerca das Comissões de Ética, previstas no Capítulo II do Decreto nº 1.171/94, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas, no caso dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal indireta, e no tratamento com o patrimônio público, quando as entidades em questão forem as da Administração Pública Federal direta.
- II. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público, e deverá ser integrada por três servidores públicos e três suplentes.
- III. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor em que prevaleça o interesse do Estado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

QUESTÃO 17

A ética seria uma reflexão acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a nossa subjetividade, e acerca de como lidamos com essas prescrições de conduta, se aceitamos de forma integral ou não esses valores normativos e, dessa forma, até que ponto nós damos o efetivo valor a tais valores. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, segundo o Decreto nº 1.171/94, é a de:

- (A) advertência verbal e censura pública.
- (B) censura, somente.
- (C) advertência, somente.
- (D) advertência e multa.
- (E) censura e multa.

QUESTÃO 18

Avalie as afirmativas I e II a seguir.

- I. O senso moral e a consciência moral têm como pressuposto fundamental a ideia de um agente moral, o qual é assumido por cada um de nós. Enquanto agente moral, o indivíduo colocará em prática seu senso e consciência, pois são importantes para a vida em grupo entre vários outros agentes morais.
- II. Logo, o agente moral deve colocar em prática sua autonomia enquanto indivíduo, pois aquele que possui uma postura de passividade apenas aceita influências de qualquer natureza. Assim, consciência e responsabilidade são condições indispensáveis à vida ética ou moralmente correta.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I é falsa, II é verdadeira.
- (B) I é verdadeira, II é falsa.
- (C) I e II são falsas.
- (D) I e II são verdadeiras, e se completam.
- (E) I e II são verdadeiras, mas não têm correlação.

QUESTÃO 19

Relativamente às regras deontológicas, estabelecidas pelo Decreto nº 1.171/94, considere as afirmativas a seguir.

- I. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana, quanto mais a de uma Nação.
- II. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Enquanto que causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado.
- III. Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- IV. O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens de seus superiores, ainda que contrárias às disposições legais da Administração Pública, velando atentamente por seu cumprimento e, assim, evitando a conduta negligente.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) somente uma está correta.
- (C) somente duas estão corretas.
- (D) somente três estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 20

São vedações ao servidor público previstas no Decreto nº 1.191/94:

- I. exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- II. abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- III. dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação aplicada ao sistema CORE/CONFERE

QUESTÃO 21

Sobre as autarquias, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o direito administrativo brasileiro, as autarquias são entidades da Administração Indireta, criadas por lei ou portaria ministerial.
- II. As autarquias são entidades criadas por lei, com capacidade de autoadministração, para desempenho de serviço público descentralizado.
- III. A Caixa Econômica Federal é considerada autarquia profissional ou corporativa.
- IV. Uma das características da autarquia é a capacidade de autoadministração.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, somente.

QUESTÃO 22

Com relação às entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas públicas são entidades da administração indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei para executar atividade típica do Estado.
- (B) O sistema constitucional atual não admite a existência de entidades de administração indireta vinculadas às estruturas do Poder Legislativo.
- (C) Enquanto a Administração Direta é composta por órgãos internos do Estado, a Administração Indireta se compõe de pessoas jurídicas, também chamadas de entidades.
- (D) No Brasil as entidades da administração indireta estão vinculadas somente ao Poder Executivo, pois que incumbido basicamente da administração do Estado.
- (E) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para explorar atividade econômica ou prestar serviço público típico do Estado.

QUESTÃO 23

São órgãos da Administração Direta do Estado:

- (A) o Banco Central do Brasil e a Polícia Federal.
- (B) as Autarquias e as Fundações Públicas.
- (C) os Ministérios e o Departamento de Polícia Federal.
- (D) as Autarquias e os Ministérios.
- (E) a Secretaria Estadual e a Caixa Econômica Federal.

QUESTÃO 24

“(…) é a situação dos Estados-membros da federação e, no Brasil, também dos Municípios. Cada um desses entes locais detém competência legislativa própria que não decorre da União nem a ela se subordina, mas encontra seu fundamento na própria Constituição Federal.”

(Maria Zanella Di Pietro)

O texto acima refere-se à:

- (A) desconcentração.
- (B) descentralização por serviço.
- (C) descentralização territorial.
- (D) descentralização política.
- (E) descentralização administrativa.

QUESTÃO 25

Com relação ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, regulado pela Lei nº 9.784/99, analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas básicas sobre processo administrativo, estabelecidas pela Lei nº 9.784/99, aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- II. Segundo legislação vigente, a Administração Pública está dispensada do princípio da segurança jurídica, porque é aplicado apenas em processos judiciais.
- III. Nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os critérios de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, somente.

QUESTÃO 26

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/99 sobre o início do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A instauração do processo depende exclusivamente de provocação do Ministério Público, que apresentará os fatos e seus fundamentos.
- (B) O processo administrativo está sujeito ao princípio da inércia e não pode ser instaurado de ofício.
- (C) Segundo legislação vigente, o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- (D) A instauração de processo administrativo depende de autorização judicial quando houver risco de demissão do servidor público.
- (E) A instauração do processo administrativo depende de requerimento do interessado, que sempre o fará por escrito, com exposição dos fatos e de seus fundamentos.

QUESTÃO 27

Com relação à competência no processo administrativo federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Se não houver impedimento, um órgão administrativo pode delegar parte de sua competência a outro órgão, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (B) A edição de atos de caráter normativo, assim como a prática de atos administrativos negociais, não pode ser objeto de delegação.
- (C) Segundo legislação vigente, o ato de delegação de competência e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
- (D) O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- (E) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

QUESTÃO 28

Sobre impedimento e suspeição no processo administrativo federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ou autoridade que tenha apenas interesse indireto na matéria não fica impedido de atuar no processo administrativo.
- II. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que esteja litigando judicialmente com o cônjuge do interessado.
- III. O servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
- IV. Pode ser arguida a suspeição de autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

QUESTÃO 29

Com relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos no processo administrativo federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos do processo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, preferencialmente em vernáculo, e com assinatura da autoridade responsável.
- (C) Inexistindo disposição legal específica, os atos da autoridade responsável pelo processo devem ser praticados no prazo de 5 dias, salvo motivo de força maior.
- (D) Os atos do processo devem ser realizados preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.
- (E) O processo deve ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

QUESTÃO 30

Sobre a forma e o motivo do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo doutrina majoritária, a exteriorização do ato administrativo será sempre de forma escrita, com assinatura da autoridade responsável.
- (B) Excepcionalmente, admite-se exteriorização do ato administrativo por ordem verbal, gestos ou apitos, como no caso do policial dirigindo o trânsito.
- (C) Eventual inobservância de forma exigida em lei não determina a invalidade do ato administrativo.
- (D) O motivo do ato administrativo está relacionado à representação psicológica e interna do agente.
- (E) Para o direito administrativo brasileiro, “motivo” e “motivação” são vocábulos sinônimos, considerados atributos do ato administrativo.

QUESTÃO 31

Sobre as características do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os atos administrativos gozam de presunção de veracidade e imperatividade, diferentemente do que ocorre com os atos do direito privado.
- (B) Os atos administrativos não ficam sujeitos a controle judicial de legalidade, porque dotados do atributo da executoriedade.
- (C) A autoexecutoriedade dispensa a Administração de ir preliminarmente a juízo para execução de alguns atos administrativos, mas não afasta a possibilidade de controle judicial *a posteriori*.
- (D) Ato administrativo dotado de imperatividade depende apenas de homologação do Poder Judiciário para impor obrigações e produzir efeitos perante terceiros.
- (E) A presunção de legitimidade está relacionada à conformidade do ato administrativo com a lei, e não admite prova em contrário.

QUESTÃO 32

Considere hipótese em que um Município providencia desapropriação de bem imóvel da União (situação sabidamente proibida pela lei). Nesse caso, o ato administrativo será extinto por:

- (A) revogação.
- (B) invalidação.
- (C) caducidade.
- (D) cassação.
- (E) contraposição.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que apresenta exemplo de ato administrativo enunciativo.

- (A) Parecer.
- (B) Autorização.
- (C) Homologação.
- (D) Admissão.
- (E) Licença.

QUESTÃO 34

Considere hipótese em que a Administração realiza desapropriação de um imóvel apenas para perseguir seu proprietário, inimigo político. Nesse caso, o ato administrativo apresenta vício de:

- (A) objeto.
- (B) conteúdo.
- (C) sujeito.
- (D) finalidade.
- (E) competência.

QUESTÃO 35

Com relação às espécies de ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A licença é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual o Poder Público faculta ao particular o uso privativo de bem público, a título precário.
- II. O decreto e a portaria são as formas de que se revestem os atos individuais ou gerais emanados do Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito).
- III. Circular é o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes a seus subordinados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 36

Considerando-se a Lei nº 8.420/92, que introduz alterações na Lei nº 4.886/65 (que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos), analise as seguintes afirmativas.

- I. As diretorias dos Conselhos Regionais prestarão contas de sua gestão ao próprio conselho, até o dia 15 de fevereiro de cada ano.
- II. Os Conselhos Regionais prestarão contas, até o primeiro dia do mês de fevereiro de cada ano, ao Conselho Federal.
- III. A Diretoria do Conselho Federal prestará contas ao respectivo plenário, até o último dia do mês de março de cada ano.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

QUESTÃO 37

Com relação às regras dispostas na Lei nº 8.420/92, que introduz alterações na Lei nº 4.886/65, sobre o contrato de representação comercial, julgue as afirmativas a seguir.

- I. Do contrato de representação comercial, além dos elementos comuns e outros a juízo dos interessados, constarão obrigatoriamente: indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação; indenização devida ao representante pela rescisão do contrato fora dos casos previstos na Lei nº 4.886/65 (art. 35), cujo montante não poderá ser inferior a 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.
- II. Na hipótese de contrato a prazo certo, a indenização corresponderá à importância equivalente à média mensal da retribuição auferida até a data da rescisão, multiplicada pela metade dos meses resultantes do prazo contratual.
- III. O contrato com prazo determinado, uma vez prorrogado o prazo inicial, tácita ou expressamente, torna-se a prazo indeterminado.
- IV. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 1 (um) ano, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas são verdadeiras.
- (B) somente uma é verdadeira.
- (C) somente duas são verdadeiras.
- (D) somente três são verdadeiras.
- (E) todas são falsas.

QUESTÃO 38

O representante comercial adquire o direito às comissões quando do pagamento dos pedidos ou das propostas. Relativamente ao tema, previsto na Lei nº 8.420/92, leia as afirmativas a seguir e assinale a incorreta.

- (A) O pagamento das comissões deverá ser efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da liquidação da fatura, acompanhada das respectivas cópias das notas fiscais. As comissões pagas fora desse prazo deverão ser corrigidas monetariamente.
- (B) É facultado ao representante comercial emitir títulos de créditos para cobrança de comissões.
- (C) As comissões deverão ser calculadas pelo valor total das mercadorias.
- (D) Em caso de rescisão injusta do contrato por parte do representando, a eventual retribuição pendente, gerada por pedidos em carteira ou em fase de execução e recebimento, terá vencimento na data da rescisão.
- (E) São vedadas na representação comercial somente alterações que impliquem, diretamente, a diminuição da média dos resultados auferidos pelo representante no último 1 (um) ano de vigência.

QUESTÃO 39

Analise as afirmativas a seguir considerando-se as disposições previstas na Lei nº 8.420/92, que introduz alterações na Lei nº 4.886/65.

- I. É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas *del credere*.
- II. No caso de falência do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão consideradas créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.
- III. Prescreve em cinco anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos que lhe são garantidos por essa Lei.
- IV. Não constitui motivo justo para rescisão do contrato de representação comercial o impedimento temporário do representante comercial que estiver em gozo do benefício de auxílio-doença concedido pela previdência social.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas são verdadeiras.
- (B) somente uma é verdadeira.
- (C) somente duas são verdadeiras.
- (D) somente três são verdadeiras.
- (E) todas são falsas.

QUESTÃO 40

Tendo em vista as normas referentes ao regulamento das atividades dos representantes comerciais autônomos, definidas pela Lei nº 8.420/92, que introduz alterações na Lei nº 4.886/65, leia as afirmativas a seguir.

- I. Para julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado, é competente a Justiça Comum e o foro do domicílio do representante, aplicando-se o procedimento sumaríssimo previsto no art. 275 do Código de Processo Civil, ressalvada a competência do Juizado de Pequenas Causas.
- II. Ressalvada expressa vedação contratual, o representante comercial poderá exercer sua atividade para mais de uma empresa e empregá-la em outros misteres ou ramos de negócios.
- III. Em caso de inobservância das prescrições legais, caberá intervenção do Conselho Federal nos Conselhos Regionais, por decisão da Diretoria do primeiro *ad referendum* da reunião plenária, assegurado, em qualquer caso, o direito de defesa. A intervenção cessará quando do cumprimento da lei.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

QUESTÃO 41

A Lei nº 12.246/2010 altera dispositivos da Lei nº 4.886/65, dispondo sobre fixação do valor de anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados. Sobre o tema, analise as afirmativas e assinale a incorreta.

- (A) O pagamento da anuidade será efetuado pelo representante comercial, pessoa física ou jurídica, até o dia 31 de março de cada ano, com desconto de 10% (dez por cento), ou em até 3 (três) parcelas, sem descontos, vencendo a primeira em 30 de abril, a segunda em 31 de agosto e a terceira em 31 de dezembro de cada ano.
- (B) Ao pagamento antecipado será concedido desconto de 15% (quinze por cento) até 31 de janeiro e 10% (dez por cento) até 28 de fevereiro de cada ano.
- (C) As anuidades que forem pagas após o vencimento serão acrescidas de 2% (dois por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros de mora por mês de atraso e atualização monetária pelo índice oficial de preços ao consumidor.
- (D) A filial ou representação de pessoa jurídica instalada em jurisdição de outro Conselho Regional que não o de sua sede pagará anuidade em valor que não exceda a 50% (cinquenta por cento) do que for pago pela matriz.
- (E) O representante comercial pessoa física, como responsável técnico de pessoa jurídica devidamente registrada no Conselho Regional dos Representantes Comerciais, pagará anuidade em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida pelos demais profissionais autônomos registrados no mesmo Conselho.

QUESTÃO 42

Compete, privativamente, ao Conselho Federal fixar, mediante resolução, os valores das anuidades e dos emolumentos devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, observadas as peculiaridades regionais e demais situações inerentes à capacidade contributiva da categoria profissional nos respectivos Estados e às necessidades de cada entidade, e respeitados os seguintes limites máximos, exceto:

- (A) de R\$ 1,00 (um real) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – até R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
- (B) de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
- (C) de R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) – até R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais).
- (D) de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) – até R\$ 604,00 (seiscentos e quatro reais).
- (E) de R\$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) – até R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

QUESTÃO 43

Conforme disposto no Regimento Interno do CORE-SC, a eleição dos Conselheiros para a composição do Conselho Regional será acompanhada pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por meio de seus técnicos integrantes da Comissão Permanente de Assessoramento Contábil e de Gestão, prestando assistência jurídica, quando necessário, conforme a Resolução do CONFERE que dispuser a respeito. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) No caso de ausência de representante do CONFERE, a eleição será realizada normalmente, sem prejuízo da observância da providência prevista no art. 15 desse Regimento.
- (B) Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia imediato ao do término do mandato dos conselheiros em exercício.
- (C) Na reunião de posse, os conselheiros elegerão os delegados representantes que integrarão o Plenário do Conselho Federal, sendo 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes.
- (D) As eleições no Conselho Regional far-se-ão sempre por escrutínio secreto, sendo, portanto, vedada a votação por aclamação.
- (E) O Conselho Regional apresentará imediatamente ao Conselho Federal o processo eleitoral, na íntegra, em cópia autenticada, para a devida homologação da eleição, *ad referendum* do Plenário, conforme a Resolução do CONFERE que dispuser a respeito. Junto com o processo eleitoral, o Conselho Regional também enviará os estatutos dos sindicatos que participaram do pleito, com cópia do processo que elegeu os conselheiros que formam os 2/3 (dois terços) para composição do Conselho Regional.

QUESTÃO 44

O Regimento Interno do CORE-SC estabelece que o Conselho Regional terá uma Comissão Fiscal composta de 3 (três) membros efetivos, eleitos na mesma Assembleia Geral de Eleição da Diretoria-Executiva e com o mesmo prazo de mandato desta. À Comissão Fiscal compete, exceto:

- (A) examinar toda a documentação contábil do Conselho Regional.
- (B) emitir parecer sobre o orçamento do Conselho Regional para o exercício financeiro.
- (C) assinar as Certidões da Dívida Ativa.
- (D) emitir parecer sobre as Despesas Extraordinárias, sobre os Balancetes Mensais, os Balanços Trimestrais, as Prestações de Contas, a Proposta Orçamentária e os Créditos Suplementares do Conselho Regional.
- (E) emitir parecer sobre o balanço do exercício financeiro e lançar nele seu visto.

QUESTÃO 45

Conforme estabelecido no Regimento Interno do CORE-SC, o registro da pessoa jurídica far-se-á mediante requerimento dirigido ao presidente da entidade, com apresentação dos documentos que comprovem sua existência legal e com indicação de seu responsável técnico, que será representante comercial devidamente registrado como pessoa natural no Conselho Regional e em situação regular perante o órgão. Sobre o assunto, julgue as afirmativas a seguir.

- I. A pessoa jurídica deverá fazer prova de sua existência legal com apresentação de seus Atos Constitutivos registrados no órgão próprio ou certidão do mesmo, bem como do cartão de inscrição no CNPJ/MF. Os referidos documentos deverão ser apresentados obrigatoriamente por meio de cópias autenticadas.
- II. Serão registradas no Conselho Regional as pessoas jurídicas que tenham em seu nome comercial, denominação ou razão social as palavras “representação”, “representações comerciais”, “agência”, “distribuição por conta de terceiros” e “intermediação de negócios e/ou serviços”.
- III. A obrigatoriedade do registro estende-se às pessoas jurídicas que tiverem em seu objetivo social as atividades de representação comercial, agência, distribuição por conta de terceiros e intermediação de negócios e/ou serviços, assim como as pessoas naturais que exerçam as mencionadas atividades.
- IV. É de 60 (sessenta) dias da data da constituição das empresas de representação comercial, agência, distribuição por conta de terceiros ou intermediação de negócios e/ou serviços, individuais ou coletivas, o prazo para registro no Conselho Regional. Ultrapassando tal prazo, as empresas estarão sujeitas à multa equivalente a 1/20 (um vinte avos) da anuidade em curso por mês de atraso, ficando a referida multa limitada à importância correspondente ao valor de uma anuidade referente ao capital mínimo à época do registro.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas são verdadeiras.
- (B) somente uma é verdadeira.
- (C) somente duas são verdadeiras.
- (D) somente três são verdadeiras.
- (E) todas são falsas.

QUESTÃO 46

No caso de perda de mandato, por destituição, renúncia ou morte, a substituição se far-se-á na forma prevista no Regimento Interno do CORE-SC. A perda de mandato se dar-se-á nos casos de: malversação ou dilapidação do patrimônio do Conselho Regional; grave violação do Regimento Interno; prática de atos contrários aos interesses da entidade; abandono do cargo. Leia as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

- (A) Os membros do Conselho Regional são obrigados a exercer suas funções e a comparecer às reuniões, considerando-se abandonado o cargo cujo titular faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, sem justificção.
- (B) A declaração da perda de mandato será precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa.
- (C) A perda do mandato será declarada pela Diretoria, cabendo recurso voluntário com efeito suspensivo para o próprio Conselho, de cuja decisão, por sua vez, caberá recurso voluntário com efeito devolutivo para o Conselho Federal.
- (D) As renúncias serão comunicadas por escrito ao diretor-presidente. Havendo renúncia coletiva da Diretoria, serão processadas novas eleições, na forma desse Regimento Interno e da Lei nº 4.886/65.
- (E) No caso de substituição, o conselheiro a ser substituído, exceto por motivo de força maior, permanecerá no exercício das respectivas funções até a posse do substituto. E, em caso de abandono de qualquer conselheiro, este somente poderá ser eleito após um intervalo de três mandatos.

QUESTÃO 47

Conforme disposto no Regimento Interno do CORE-SC, cabe ao Conselho Regional a fiscalização do exercício da profissão de representante comercial, que abrange o agente comercial, o distribuidor por conta de terceiros e o intermediador de negócios e/ou serviços, em sua base territorial. Referente ao tema, analise as afirmativas.

- I. O exercício da representação comercial, da agência comercial, distribuição por conta de terceiros e intermediação de negócios e/ou serviços, na base territorial do Conselho Regional, somente será permitido aos representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto a ele, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, esse Regimento Interno e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- II. A exibição da carteira profissional ou do certificado do registro pode ser exigida por qualquer pessoa interessada, a fim de verificar a habilitação legal do representante comercial, pessoa natural ou jurídica.
- III. A recusa do representante comercial, pessoa natural ou jurídica, em apresentar a carteira profissional ou o certificado exigido constituirá falta no exercício da profissão, submetendo-o à penalidade de censura pública ou de multa equivalente a 50% do valor da anuidade em curso, recolhida a favor do Conselho Regional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

QUESTÃO 48

A Carteira Profissional de Representante Comercial e a cédula de identidade aprovada pelo CONFERE serão fornecidas pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais, que as confeccionará observando o modelo aprovado por seu Plenário, de acordo com o disposto no Regimento Interno do CORE-SC. Com relação ao tema, julgue as afirmativas a seguir.

- I. Nenhuma anotação será feita na Carteira Profissional de Representante Comercial, salvo pela Secretaria desse Conselho Regional e dos outros Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, nos casos previstos nesse Regimento Interno.
- II. A expedição de nova Carteira de Representante Comercial se far-se-á nos casos de término de validade ou dilaceração da anterior ou de sua perda. Nos dois primeiros casos, serão reproduzidas na carteira nova as anotações necessárias, fazendo-se referência expressa à carteira anteriormente expedida. Na última hipótese, serão observadas as normas que, a respeito, a Diretoria baixar, sendo previamente satisfeitos os emolumentos devidos.
- III. A Carteira Profissional de Representante Comercial e todos os seus assentamentos serão assinados pelo diretor-presidente, sendo reconhecida sua firma, pelo menos, na primeira vez que ali tenha sido lançada.
- IV. As pessoas jurídicas farão constar da propaganda, além do número do registro do responsável técnico, seu próprio número de registro no Conselho Regional. Da mesma forma, as pessoas naturais farão constar da propaganda seu número de registro no Conselho Regional.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas são verdadeiras.
- (B) somente uma é verdadeira.
- (C) somente duas são verdadeiras.
- (D) somente três são verdadeiras.
- (E) todas são falsas.

QUESTÃO 49

Segundo o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, constituem deveres éticos do representante comercial, exceto:

- (A) no âmbito de suas obrigações profissionais, na realização dos interesses que lhe forem confiados, agir com a mesma diligência que qualquer comerciante ativo e probo costuma empregar na direção de seus próprios negócios.
- (B) o representante comercial aceitar a representação comercial de quem não haja cumprido, notoriamente, seus deveres para com qualquer colega que anteriormente o tenha representado.
- (C) envidar esforços para que suas relações com o representado sejam contratadas por escrito, com todos os requisitos legais bem definidos.
- (D) conduzir-se sempre com lealdade em suas relações com os colegas.
- (E) informar e advertir o representado de riscos, incertezas e demais circunstâncias desfavoráveis de negócios que lhe forem confiados, sobretudo em atenção às momentâneas variações de mercado local.

QUESTÃO 50

O Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais prevê que as faltas cometidas pelo representante comercial decorrentes de infrações das normas disciplinares são graves e leves, conforme a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso. Assinale, a seguir, uma falta considerada grave.

- (A) Desrespeitar qualquer membro ou funcionário do Conselho Federal ou Regional no exercício de suas funções.
- (B) Agir com desídia no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de representação comercial.
- (C) Aceitar a representação comercial de representados concorrentes, salvo quando autorizado por escrito.
- (D) Deixar de indicar em sua propaganda, papéis e documentos o número do respectivo registro no Conselho Regional.
- (E) Negar a quem de direito a apresentação da carteira profissional ou do certificado de registro.